



TESOURO NACIONAL

Boletim

2023

Fevereiro

Resultado do Tesouro Nacional

Vol. 29, N.2 – Publicado em 30/03/2023



Ministério da Fazenda

Fernando Haddad

Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda

Gabriel Muricca Galípolo

Secretaria do Tesouro Nacional

Rogério Ceron de Oliveira

Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional

Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretários

Adriano Pereira de Paula

David Rebelo Athayde

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Marcelo Pereira de Amorim

Otavio Ladeira de Medeiros

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Suzana Teixeira Braga

Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenador de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenador de Suporte às Estatísticas Fiscais

Rafael Perez Marcos

Equipe Técnica

Fábio Felipe Dáquilla Prates

Guilherme Ceccato

Guilherme Furtado de Moura

José de Anchieta Semedo Neves

Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/Tesouro Nacional)**Arte:** Viviane Barros e Hugo Pullen**Telefone:** (61) 3412-1843**E-mail:** ascom@tesouro.gov.br**Disponível em:** www.tesourotransparente.gov.br

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 29, n. 2 (Fevereiro, 2023). –

Brasília: STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Panorama Geral - Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Tabela 1 – Panorama Geral do Resultado do Tesouro Nacional – mês contra mesmo mês do ano anterior

Dados em: R\$ milhões – a preços correntes

Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Fevereiro		Variação (2023/2022)		
	2022	2023	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	165.317,6	153.405,7	-11.911,9	-7,2%	-12,1%
2. Transf. por Repartição de Receita	48.368,1	50.706,3	2.338,3	4,8%	-0,7%
3. Receita Líquida (I-II)	116.949,5	102.699,3	-14.250,1	-12,2%	-16,8%
4. Despesa Total	137.316,3	143.688,5	6.372,2	4,6%	-0,9%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	-20.366,8	-40.989,1	-20.622,3	101,3%	90,6%
Resultado do Tesouro Nacional	-1.458,7	-20.026,5	-18.567,8	-	-
Resultado do Banco Central	127,2	83,0	-44,2	-34,7%	-38,2%
Resultado da Previdência Social	-19.035,4	-21.045,7	-2.010,3	10,6%	4,7%
Memorando:					
Resultado TN e BCB	-1.331,4	-19.943,4	-18.612,0	-	-

Em fevereiro de 2023, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 41,0 bilhões, frente a um déficit de R\$ 20,4 bilhões em fevereiro de 2022. Em termos reais, a receita líquida apresentou um decréscimo de R\$ 20,8 bilhões (-16,8%), enquanto a despesa total registrou uma redução de R\$ 1,3 bilhão (-0,9%), quando comparadas a fevereiro de 2022.

Resultado Primário do Governo Central Mês Contra Mês

Notas Explicativas

Tabela 2 – Resultado Mês Contra Mês – Notas Explicativas | R\$ milhões – a preços correntes | Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Nota	Fevereiro		Variação Nominal		Variação Real	
		2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL		165.317,6	153.405,7	-11.911,9	-7,2%	-21.163,7	-12,1%
1.1 - Receita Administrada pela RFB		95.508,1	96.937,1	1.429,0	1,5%	-3.916,0	-3,9%
1.1.1 Imposto de Importação		4.568,1	3.908,7	-659,4	-14,4%	-915,0	-19,0%
1.1.2 IPI	1	6.130,2	3.908,8	-2.221,4	-36,2%	-2.564,5	-39,6%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	2	41.774,7	46.255,5	4.480,8	10,7%	2.142,9	4,9%
1.1.4 IOF		4.565,9	4.798,3	232,4	5,1%	-23,2	-0,5%
1.1.5 COFINS	3	20.424,1	19.101,8	-1.322,4	-6,5%	-2.465,4	-11,4%
1.1.6 PIS/PASEP		6.460,7	5.699,5	-761,2	-11,8%	-1.122,8	-16,5%
1.1.7 CSLL		8.918,1	10.712,5	1.794,4	20,1%	1.295,3	13,8%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		197,6	0,7	-196,9	-99,6%	-207,9	-99,7%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB		2.468,7	2.551,4	82,8	3,4%	-55,4	-2,1%
1.2 - Incentivos Fiscais		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	4	40.026,2	44.081,9	4.055,7	10,1%	1.815,7	4,3%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		29.783,3	12.386,7	-17.396,6	-58,4%	-19.063,4	-60,6%
1.4.1 Concessões e Permissões	5	11.356,0	189,9	-11.166,1	-98,3%	-11.801,7	-98,4%
1.4.2 Dividendos e Participações	6	3.594,9	80,6	-3.514,3	-97,8%	-3.715,5	-97,9%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		1.320,8	1.223,3	-97,5	-7,4%	-171,4	-12,3%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais		5.717,6	6.155,5	437,9	7,7%	117,9	2,0%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		1.523,4	1.635,1	111,7	7,3%	26,4	1,6%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		2.048,7	2.376,9	328,2	16,0%	213,5	9,9%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.8 Demais Receitas	7	4.221,8	725,5	-3.496,3	-82,8%	-3.732,6	-83,7%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		48.368,1	50.706,3	2.338,3	4,8%	-368,6	-0,7%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE		36.671,4	39.463,2	2.791,8	7,6%	739,6	1,9%
2.2 Fundos Constitucionais		672,4	979,4	307,0	45,7%	269,3	37,9%
2.2.1 Repasse Total		2.462,5	2.666,4	203,9	8,3%	66,1	2,5%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-1.790,1	-1.687,0	103,1	-5,8%	203,3	-10,8%
2.3 Contribuição do Salário Educação		1.282,5	1.418,8	136,3	10,6%	64,5	4,8%
2.4 Exploração de Recursos Naturais		9.699,1	8.803,2	-895,9	-9,2%	-1.438,7	-14,0%
2.5 CIDE - Combustíveis		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.6 Demais		42,7	41,7	-0,9	-2,2%	-3,3	-7,4%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		116.949,5	102.699,3	-14.250,1	-12,2%	-20.795,1	-16,8%
4. DESPESA TOTAL		137.316,3	143.688,5	6.372,2	4,6%	-1.312,6	-0,9%
4.1 Benefícios Previdenciários	8	59.061,5	65.127,6	6.066,1	10,3%	2.760,7	4,4%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais		25.147,9	26.284,6	1.136,7	4,5%	-270,7	-1,0%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		27.866,0	20.100,9	-7.765,1	-27,9%	-9.324,6	-31,7%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	9	12.640,8	7.626,7	-5.014,1	-39,7%	-5.721,6	-42,9%
4.3.2 Anistiados		11,9	12,1	0,2	1,5%	-0,5	-3,9%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		55,6	57,8	2,2	3,9%	-1,0	-1,6%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		6.194,7	7.134,8	940,0	15,2%	593,4	9,1%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	10	2.868,1	134,2	-2.733,9	-95,3%	-2.894,4	-95,6%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		628,7	0,0	-628,7	-100,0%	-663,9	-100,0%
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		16,2	15,3	-0,9	-5,6%	-1,8	-10,6%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		1.693,7	2.103,3	409,6	24,2%	314,8	17,6%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		188,0	273,3	85,3	45,4%	74,8	37,7%
4.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		860,6	1.147,9	287,3	33,4%	239,1	26,3%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		332,3	332,2	-0,1	0,0%	-18,7	-5,3%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		119,6	169,1	49,5	41,4%	42,9	33,9%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro		1.884,2	792,3	-1.092,0	-58,0%	-1.197,4	-60,2%
4.3.16 Transferências ANA		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		123,5	125,1	1,6	1,3%	-5,3	-4,0%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		248,1	176,9	-71,2	-28,7%	-85,1	-32,5%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		-	-	-	-	-	-
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		25.240,8	32.175,4	6.934,6	27,5%	5.522,0	20,7%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	11	17.730,3	24.139,1	6.408,8	36,1%	5.416,6	28,9%
4.4.2 Discricionárias		7.510,6	8.036,3	525,7	7,0%	105,4	1,3%
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-20.366,8	-40.989,1	-20.622,3	101,3%	-19.482,5	90,6%

Nota 1 - IPI (-R\$ 2.564,5 milhões / -39,6%): explicada em grande medida pela redução de R\$ 1,5 bilhão (-51,4%) em IPI-Outros, reflexo da redução de 35% nas alíquotas do IPI, conforme Decreto nº 11.158/2022. Adicionalmente, pode-se mencionar o decréscimo em R\$ 780,3 milhões no IPI-Vinculado à Importação (-32,0%), explicado pelas reduções de 22,1% na alíquota média efetiva do tributo, de 6,1% no valor em dólar (volume) das importações e de 0,5% na taxa média de câmbio.

Nota 2 - Imposto de Renda (+R\$ 2.142,9 milhões / +4,9%): crescimento explicado pelos aumentos no Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), no valor de R\$ 1,8 bilhão (+7,8%), e no IRPJ (+R\$ 776,7 milhões / +4,4%). No caso do IRRF, destaque para: i) Rendimentos do Capital (+R\$ 1,1 bilhão / +19,9%), explicado principalmente pelos avanços nos itens “Fundos de Renda Fixa” e “Aplicação de Renda Fixa (PF e PJ)”; e ii) Rendimentos do Trabalho (+R\$ 640,9 milhões / +4,8%), destacando-se os acréscimos reais na arrecadação dos itens “Rendimentos do Trabalho Assalariado” e “Aposentadoria do Regime Geral ou do Servidor Público”. Por sua vez, o resultado do IRPJ deveu-se, basicamente, ao acréscimo real de 12,9% na arrecadação da estimativa mensal, além de pagamentos atípicos de, aproximadamente, R\$ 2,0 bilhões, por empresas ligadas ao setor de commodities, sem correspondente no mês de fevereiro de 2022.

Nota 3 - Cofins (-R\$ 2.465,4 milhões / -11,4%): desempenho explicado, principalmente, pelas desonerações e alterações nas bases de cálculo do PIS/Cofins sobre combustíveis, conforme Medidas Provisórias nº 1.157/2023 e nº 1.159/2023, e pelo crescimento de 25,1% no volume de compensações tributárias.

Nota 4 - Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 1.815,7 milhões / +4,3%): resultado explicado, principalmente, pelo desempenho favorável do mercado de trabalho, que registrou crescimento real de 8,5% da massa salarial habitual entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023 e um saldo positivo de 83.297 empregos no mês de janeiro de 2023, além do incremento real de 10,8% proveniente do Simples em fevereiro de 2023. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo crescimento das compensações tributárias em razão da Lei nº 13.670/2018.

Nota 5 - Concessões e Permissões (-R\$ 11.801,7 milhões / -98,4%): explicado pelo recebimento em fevereiro de 2022 de R\$ 11,8 bilhões (a preços de fevereiro de 2023) de recursos de bônus de assinatura relativos a segunda rodada da cessão onerosa (Campos de Sépia e Atapu – Bacia de Santos), sem correspondente em fevereiro de 2023.

Nota 6 - Dividendos e Participações (-R\$ 3.715,5 milhões / -97,9%): explicado pelo recebimento em fevereiro de 2022 de dividendos da CEF no valor de R\$ 3,8 bilhões (a preços de fevereiro de 2023), sem correspondente em fevereiro de 2023.

Nota 7 - Demais Receitas Não Administradas pela RFB (-R\$ 3.732,6 milhões / -83,7%): explicado, principalmente, pela restituição pela RFB, no valor de R\$ 2,6 bilhões em fevereiro de 2023, e pela reclassificação das receitas de cota-parte do adicional ao frete para a renovação da marinha mercante (AFRMM), que desde janeiro de 2023 passaram a integrar a linha de Outras Administradas pela RFB.

Nota 8 - Benefícios Previdenciários - Total (+R\$ 2.760,7 milhões / +4,4%): explicado, principalmente, por: i) aumento do número de beneficiários (cerca de +3,6%) entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023 (BEPS); ii) aumento real de 1,5% do salário mínimo em 2023, conforme Medida Provisória nº 1.143/2022; e iii) redução da fila de requerimentos de benefícios previdenciários ao longo de 2022.

Nota 9 - Abono e Seguro Desemprego (-R\$ 5.721,6 milhões / -42,9%): explicado, principalmente, pela diferença no cronograma de pagamento do Abono para o ano de 2023 com relação a 2022, conforme Resolução CODEFAT nº 968/2022. Em 2023 os pagamentos do Abono estão previstos para ocorrer entre fevereiro e julho de 2023, enquanto em 2022 os pagamentos se concentraram nos meses de fevereiro e março.

Nota 10 - Créditos Extraordinários (exceto PAC) (-R\$ 2.894,4 milhões / -95,6%): explicado quase que integralmente pela redução no pagamento de despesas de restos a pagar associadas às medidas de combate à Covid-19.

Nota 11 - Obrigatórias com Controle de Fluxo (+R\$ 5.416,6 milhões / +28,9%): explicado, principalmente, pelo

aumento real na execução em Bolsa Família e Auxílio Brasil (+R\$ 5,2 bilhões / +67,1%) entre fevereiro de 2022 e fevereiro de 2023.

Panorama Geral - Resultado do Governo Central

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Acumulado do Ano Anterior

Tabela 3 – Panorama Geral do Resultado do Tesouro Nacional – acumulado contra acumulado do ano anterior

Dados em: R\$ milhões – a preços correntes

Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Jan-Fev		Variação (2023/2022)		
	2022	2023	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	401.894,8	410.738,4	8.843,5	2,2%	-3,3%
2. Transf. por Repartição de Receita	81.572,3	87.358,7	5.786,4	7,1%	1,4%
3. Receita Líquida (1-2)	320.322,5	323.379,7	3.057,2	1,0%	-4,5%
4. Despesa Total	263.878,5	285.611,5	21.733,0	8,2%	2,4%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	56.444,0	37.768,2	-18.675,8	-33,1%	-36,4%
Resultado do Tesouro Nacional	91.109,4	75.252,0	-15.857,4	-17,4%	-21,8%
Resultado do Banco Central	63,2	79,7	16,5	26,1%	20,6%
Resultado da Previdência Social	-34.728,5	-37.563,4	-2.834,9	8,2%	2,3%
Memorando:					
Resultado TN e BCB	91.172,5	75.331,6	-15.840,9	-17,4%	-21,7%

Resultado Primário do Governo Central Acumulado

Notas Explicativas

Tabela 4 – Resultado Acumulado – Notas Explicativas | R\$ milhões – a preços correntes | Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Nota	Jan-Fev		Variação Nominal		Variação Real	
		2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL		401.894,8	410.738,4	8.843,5	2,2%	-14.009,9	-3,3%
1.1 - Receita Administrada pela RFB		262.538,7	274.722,7	12.184,0	4,6%	-2.796,9	-1,0%
1.1.1 Imposto de Importação		9.916,5	8.821,8	-1.094,7	-11,0%	-1.665,5	-15,8%
1.1.2 IPI	1	11.994,9	8.787,4	-3.207,6	-26,7%	-3.900,4	-30,6%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	2	125.938,7	145.150,8	19.212,1	15,3%	12.097,0	9,0%
1.1.4 IOF		9.269,6	10.198,6	929,0	10,0%	405,4	4,1%
1.1.5 COFINS	3	45.450,2	43.483,9	-1.966,3	-4,3%	-4.572,0	-9,5%
1.1.6 PIS/PASEP		13.543,3	13.981,2	437,9	3,2%	-326,0	-2,3%
1.1.7 CSLL	4	40.992,4	38.388,7	-2.603,7	-6,4%	-5.007,4	-11,5%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		440,5	2,5	-438,0	-99,4%	-465,3	-99,5%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB		4.992,5	5.907,8	915,4	18,3%	637,2	12,0%
1.2 - Incentivos Fiscais		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	5	80.025,6	90.276,5	10.250,9	12,8%	5.733,8	6,8%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		59.330,6	45.739,2	-13.591,3	-22,9%	-16.946,7	-26,9%
1.4.1 Concessões e Permissões	6	12.048,3	908,6	-11.139,7	-92,5%	-11.815,3	-92,8%
1.4.2 Dividendos e Participações		3.594,9	6.388,6	2.793,6	77,7%	2.645,4	69,7%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		2.640,2	2.456,4	-183,8	-7,0%	-335,3	-12,0%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais		23.887,6	22.891,6	-995,9	-4,2%	-2.386,0	-9,4%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		3.159,7	3.652,3	492,6	15,6%	315,3	9,4%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		4.186,3	4.741,5	555,2	13,3%	318,0	7,2%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.8 Demais Receitas	7	9.813,6	4.700,1	-5.113,4	-52,1%	-5.688,9	-54,6%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		81.572,3	87.358,7	5.786,4	7,1%	1.175,0	1,4%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE		63.164,7	69.022,8	5.858,1	9,3%	2.288,9	3,4%
2.2 Fundos Constitucionais		1.238,4	1.785,5	547,1	44,2%	478,6	36,4%
2.2.1 Repasse Total		5.521,2	4.647,8	-873,5	-15,8%	-1.198,4	-20,4%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-4.282,9	-2.862,3	1.420,6	-33,2%	1.677,0	-36,9%
2.3 Contribuição do Salário Educação		3.190,2	3.696,2	506,1	15,9%	326,3	9,6%
2.4 Exploração de Recursos Naturais		13.487,1	12.668,8	-818,2	-6,1%	-1.580,9	-11,1%
2.5 CIDE - Combustíveis		210,0	4,5	-205,4	-97,9%	-219,4	-98,0%
2.6 Demais		282,1	180,8	-101,3	-35,9%	-118,4	-39,4%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		320.322,5	323.379,7	3.057,2	1,0%	-15.184,8	-4,5%
4. DESPESA TOTAL		263.878,5	285.611,5	21.733,0	8,2%	6.807,5	2,4%
4.1 Benefícios Previdenciários	8	114.754,1	127.839,9	13.085,8	11,4%	6.596,5	5,4%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais		52.911,9	54.797,3	1.885,4	3,6%	-1.132,4	-2,0%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		51.780,3	41.559,8	-10.220,5	-19,7%	-13.193,1	-24,0%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	9	17.136,2	11.496,9	-5.639,2	-32,9%	-6.613,7	-36,5%
4.3.2 Anistiados		23,6	24,4	0,9	3,7%	-0,5	-1,8%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		107,9	113,4	5,6	5,2%	-0,5	-0,5%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		12.114,4	14.068,4	1.954,0	16,1%	1.271,1	9,9%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	10	6.294,0	289,7	-6.004,3	-95,4%	-6.391,8	-95,6%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		1.100,6	0,0	-1.100,6	-100,0%	-1.167,2	-100,0%
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		28,0	29,7	1,7	6,0%	0,1	0,4%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		6.632,6	8.891,3	2.258,7	34,1%	1.891,9	26,8%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		307,7	412,3	104,6	34,0%	87,3	26,8%
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		1.454,1	2.154,2	700,0	48,1%	620,8	40,3%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		664,6	664,5	-0,2	0,0%	-38,1	-5,4%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		308,8	385,2	76,3	24,7%	58,9	17,9%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro		4.837,8	2.431,6	-2.406,2	-49,7%	-2.694,7	-52,4%
4.3.16 Transferências ANA		0,4	0,1	-0,3	-76,8%	-0,3	-78,1%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		229,5	250,0	20,5	8,9%	7,6	3,1%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		540,0	348,1	-191,9	-35,5%	-223,8	-39,0%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		-	-	-	-	-	-
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		44.432,2	61.414,4	16.982,2	38,2%	14.536,6	30,8%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	11	33.756,6	48.133,0	14.376,4	42,6%	12.517,8	34,9%
4.4.2 Discricionárias		10.675,5	13.281,4	2.605,9	24,4%	2.018,7	17,9%
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		56.444,0	37.768,2	-18.675,8	-33,1%	-21.992,3	-36,4%

Nota 1 - IPI (-R\$ 3.900,4 milhões / -30,6%): explicada em grande medida pelas reduções de R\$ 1,9 bilhão (-38,6%) em IPI-Outros e de R\$ 1,7 bilhão (-31,5%) em IPI-Vinculado a Importação. O primeiro, afetado pela redução de 35,0% nas alíquotas de todos os produtos (exceto fumo), conforme Decreto nº 11.158/2022. O segundo, explicado pelas reduções de 2,0% no valor em dólar (volume) das importações, de 3,5% da taxa média de câmbio e de 23,5% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado.

Nota 2 - Imposto de Renda (+R\$ 12.097,0 milhões / +9,0%): variação explicada, principalmente, pelo aumento da arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), no valor de R\$ 13,0 bilhões (+22,9%). Esta elevação foi explicada, principalmente, pelo desempenho das rubricas: i) Rendimentos de Capital (+R\$ 5,7 bilhões), com destaque para os itens “Fundos de Renda Fixa” e “Aplicação de Renda Fixa (PF e PJ)”; ii) Rendimentos do Trabalho (+R\$ 4,7 bilhões), reflexo de crescimento real na arrecadação dos itens “Rendimentos do Trabalho Assalariado”, “Aposentadoria do Regime Geral ou do Servidor Público” e “Participação nos Lucros ou Resultados – PLR”; e iii) Remessas ao Exterior (+R\$ 2,0 bilhões), com destaque para o desempenho dos itens “Juros sobre Capital Próprio”, “Juros e Comissões em Geral” e em “Royalties e Assistência Técnica”. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um decréscimo real de 29,9% na arrecadação referente a ganhos de capital na alienação de bens.

Nota 3 - Cofins (-R\$ 4.572,0 milhões / -9,5%): explicado, sobretudo, pelas desonerações e alterações nas bases de cálculo dessa contribuição sobre combustíveis, conforme Medidas Provisórias nº 1.157/2023 e nº 1.159/2023. Adicionalmente, houve um acréscimo de 31,0% no montante de compensações tributárias.

Nota 4 - CSLL (-R\$ 5.007,4 milhões / -11,5%): devido, principalmente, às quedas nas arrecadações da estimativa mensal e da declaração de ajuste das entidades financeiras, cujo setor tem uma maior incidência da CSLL relativamente às demais atividades econômicas.

Nota 5 - Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 5.733,8 milhões / 6,8%): explicado, principalmente, pelo desempenho favorável do mercado de trabalho, que registrou crescimento real de 12,3% da massa salarial habitual de dezembro de 2022 a janeiro de 2023 frente ao período de dezembro de 2021 a janeiro de 2022, além de um saldo positivo de 83.297 empregos no mês de janeiro de 2023 e de 1.949.952 empregos no acumulado em 12 meses até janeiro de 2023. Na mesma direção, mencione-se o incremento real de 10,1% proveniente do Simples no primeiro bimestre de 2023. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo crescimento das compensações tributárias em razão da Lei nº 13.670/2018.

Nota 6 - Concessões e Permissões (-R\$ 11.815,3 milhões / -92,8%): explicado pelo recebimento em fevereiro de 2022 de R\$ 11,8 bilhões (a preços de fevereiro de 2023) de recursos de bônus de assinatura relativos a segunda rodada da cessão onerosa (Campos de Sépia e Atapu – Bacia de Santos), sem correspondente no primeiro bimestre de 2023.

Nota 7 - Demais Receitas Não Administradas pela Receita Federal do Brasil (-R\$ 5.688,9 milhões / -54,6%): explicado, principalmente, pela restituição pela RFB, no valor de R\$ 2,6 bilhões em fevereiro de 2023, e pela reclassificação das receitas de cota-parte do adicional ao frete para a renovação da marinha mercante (AFRMM), que desde janeiro de 2023 passaram a integrar a linha de Outras Administradas pela RFB.

Nota 8 - Benefícios Previdenciários - Total (+R\$ 6.596,5 milhões / +5,4%): explicado, principalmente, por: i) aumento do número de beneficiários (+3,5%, média dezembro 2022 a janeiro 2023 frente a dezembro de 2021 a janeiro de 2022 - BEPS); ii) pelo diferencial entre o INPC (referência para reajuste do salário

mínimo em 2022) e o IPCA (índice utilizado para trazer as despesas do Governo Central a valores de 2023), que impactou as despesas no comparativo interanual de janeiro; iii) aumento real de 1,5% do salário mínimo em 2023, conforme Medida Provisória nº 1.143/2022; e iv) redução da fila de requerimentos de benefícios previdenciários ao longo de 2022.

Nota 9 - Abono e Seguro Desemprego (-R\$ 6.613,7 milhões / -36,5%): explicado, principalmente, pela diferença no cronograma de pagamento do Abono para o ano de 2023, conforme Resolução CODEFAT nº 968/2022. Em 2023 os pagamentos do Abono estão previstos para ocorrer entre fevereiro e julho de 2023, enquanto em 2022 os pagamentos se concentraram nos meses de fevereiro e março.

Nota 10 - Créditos Extraordinários (exceto PAC) (-R\$ 6.391,8 milhões / -95,6%): explicado quase que integralmente pela redução no pagamento de despesas de restos a pagar associadas às medidas de combate à Covid-19.

Nota 11 - Obrigatórias com Controle de Fluxo (+R\$ 12.517,8 milhões / +34,9%): explicado, principalmente, pelos aumentos reais nas execuções em Bolsa Família e Auxílio Brasil (+R\$ 11,0 bilhões) e na função Saúde (+R\$ 1,4 bilhão) entre o primeiro bimestre de 2022 e o mesmo período do ano corrente.

Tabela 3.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil

R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Fevereiro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Fev		Variação Nominal		Variação Real	
	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL ^{1/}	165.317,6	153.405,7	-11.911,9	-7,2%	-21.163,7	-12,1%	401.894,8	410.738,4	8.843,5	2,2%	-14.009,9	-3,3%
1.1 - Receita Administrada pela RFB	95.508,1	96.937,1	1.429,0	1,5%	-3.916,0	-3,9%	262.538,7	274.722,7	12.184,0	4,6%	-2.796,9	-1,0%
1.1.1 Imposto de Importação	4.568,1	3.908,7	-659,4	-14,4%	-915,0	-19,0%	9.916,5	8.821,8	-1.094,7	-11,0%	-1.665,5	-15,8%
1.1.2 IPI	6.130,2	3.908,8	-2.221,4	-36,2%	-2.564,5	-39,6%	11.994,9	8.787,4	-3.207,6	-26,7%	-3.900,4	-30,6%
1.1.2.1 IPI - Fumo	482,5	130,0	-352,5	-73,1%	-379,5	-74,5%	1.176,2	913,7	-262,4	-22,3%	-329,0	-26,3%
1.1.2.2 IPI - Bebidas	313,6	203,4	-110,2	-35,1%	-127,7	-38,6%	568,8	448,1	-120,7	-21,2%	-153,2	-25,4%
1.1.2.3 IPI - Automóveis	247,1	489,8	242,7	98,2%	228,9	87,7%	711,2	864,0	152,8	21,5%	111,2	14,7%
1.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	2.310,1	1.659,2	-651,0	-28,2%	-780,3	-32,0%	4.986,0	3.611,0	-1.374,9	-27,6%	-1.666,1	-31,5%
1.1.2.5 IPI - Outros	2.776,9	1.426,4	-1.350,5	-48,6%	-1.505,9	-51,4%	4.552,8	2.950,5	-1.602,3	-35,2%	-1.863,2	-38,6%
1.1.3 Imposto de Renda	41.774,7	46.255,5	4.480,8	10,7%	2.142,9	4,9%	125.938,7	145.150,8	19.212,1	15,3%	12.097,0	9,0%
1.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.718,3	2.404,8	-313,6	-11,5%	-465,7	-16,2%	5.409,7	4.660,2	-749,5	-13,9%	-1.062,0	-18,5%
1.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	16.753,9	18.468,2	1.714,3	10,2%	776,7	4,4%	67.068,5	71.075,5	4.007,0	6,0%	158,8	0,2%
1.1.3.3 I.R. - Retido na fonte	22.302,4	25.382,5	3.080,1	13,8%	1.832,0	7,8%	53.460,5	69.415,1	15.954,6	29,8%	13.000,3	22,9%
1.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	12.648,1	13.996,8	1.348,7	10,7%	640,9	4,8%	30.842,9	37.254,3	6.411,4	20,8%	4.686,6	14,3%
1.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	5.059,0	6.404,1	1.345,1	26,6%	1.062,0	19,9%	11.781,5	18.105,0	6.323,5	53,7%	5.690,7	45,5%
1.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	3.521,5	3.579,3	57,8	1,6%	-139,3	-3,7%	8.252,6	10.737,5	2.484,9	30,1%	2.032,7	23,2%
1.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.073,9	1.402,3	328,5	30,6%	268,4	23,7%	2.583,4	3.318,2	734,8	28,4%	590,3	21,5%
1.1.4 IOF	4.565,9	4.798,3	232,4	5,1%	-23,2	-0,5%	9.269,6	10.198,6	929,0	10,0%	405,4	4,1%
1.1.5 Cofins	20.424,1	19.101,8	-1.322,4	-6,5%	-2.465,4	-11,4%	45.450,2	43.483,9	-1.966,3	-4,3%	-4.572,0	-9,5%
1.1.6 PIS/Pasep	6.460,7	5.699,5	-761,2	-11,8%	-1.122,8	-16,5%	13.543,3	13.981,2	437,9	3,2%	-326,0	-2,3%
1.1.7 CSLL	8.918,1	10.712,5	1.794,4	20,1%	1.295,3	13,8%	40.992,4	38.388,7	-2.603,7	-6,4%	-5.007,4	-11,5%
1.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis	197,6	0,7	-196,9	-99,6%	-207,9	-99,7%	440,5	2,5	-438,0	-99,4%	-465,3	-99,5%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB	2.468,7	2.551,4	82,8	3,4%	-55,4	-2,1%	4.992,5	5.907,8	915,4	18,3%	637,2	12,0%
1.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	40.026,2	44.081,9	4.055,7	10,1%	1.815,7	4,3%	80.025,6	90.276,5	10.250,9	12,8%	5.733,8	6,8%
1.3.1 Urbana	39.412,7	43.482,3	4.069,6	10,3%	1.863,9	4,5%	78.690,1	89.005,3	10.315,1	13,1%	5.874,8	7,0%
1.3.2 Rural	613,5	599,6	-13,9	-2,3%	-48,2	-7,4%	1.335,4	1.271,2	-64,2	-4,8%	-141,0	-9,9%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	29.783,3	12.386,7	-17.396,6	-58,4%	-19.063,4	-60,6%	59.330,6	45.739,2	-13.591,3	-22,9%	-16.946,7	-26,9%
1.4.1 Concessões e Permissões	11.356,0	189,9	-11.166,1	-98,3%	-11.801,7	-98,4%	12.048,3	908,6	-11.139,7	-92,5%	-11.815,3	-92,8%
1.4.2 Dividendos e Participações	3.594,9	80,6	-3.514,3	-97,8%	-3.715,5	-97,9%	3.594,9	6.388,6	2.793,6	77,7%	2.645,4	69,7%
1.4.2.1 Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.2 BNB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.3 BNDES	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.4 Caixa	3.591,4	0,0	-3.591,4	-100,0%	-3.792,4	-100,0%	3.591,4	0,0	-3.591,4	-100,0%	-3.792,4	-100,0%
1.4.2.5 Correios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.6 Eletrobrás	0,0	40,3	40,3	-	40,3	-	0,0	40,3	40,3	-	40,3	-
1.4.2.7 IRB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-

Discriminação	Fevereiro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Fev		Variação Nominal		Variação Real	
	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1.4.2.8 Petrobras	0,0	40,4	40,4	-	40,4	-	0,0	6.348,3	6.348,3	-	6.401,3	-
1.4.2.9 Demais	3,5	0,0	-3,5	-100,0%	-3,7	-100,0%	3,5	0,0	-3,5	-98,7%	-3,7	-98,8%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.320,8	1.223,3	-97,5	-7,4%	-171,4	-12,3%	2.640,2	2.456,4	-183,8	-7,0%	-335,3	-12,0%
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	5.717,6	6.155,5	437,9	7,7%	117,9	2,0%	23.887,6	22.891,6	-995,9	-4,2%	-2.386,0	-9,4%
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.523,4	1.635,1	111,7	7,3%	26,4	1,6%	3.159,7	3.652,3	492,6	15,6%	315,3	9,4%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.048,7	2.376,9	328,2	16,0%	213,5	9,9%	4.186,3	4.741,5	555,2	13,3%	318,0	7,2%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.8 Demais Receitas	4.221,8	725,5	-3.496,3	-82,8%	-3.732,6	-83,7%	9.813,6	4.700,1	-5.113,4	-52,1%	-5.688,9	-54,6%
d/q Operações com Ativos	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA ^{2/}	48.368,1	50.706,3	2.338,3	4,8%	-368,6	-0,7%	81.572,3	87.358,7	5.786,4	7,1%	1.175,0	1,4%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	36.671,4	39.463,2	2.791,8	7,6%	739,6	1,9%	63.164,7	69.022,8	5.858,1	9,3%	2.288,9	3,4%
2.2 Fundos Constitucionais	672,4	979,4	307,0	45,7%	269,3	37,9%	1.238,4	1.785,5	547,1	44,2%	478,6	36,4%
2.2.1 Repasse Total	2.462,5	2.666,4	203,9	8,3%	66,1	2,5%	5.521,2	4.647,8	-873,5	-15,8%	-1.198,4	-20,4%
2.2.2 Superávit dos Fundos	-1.790,1	-1.687,0	103,1	-5,8%	203,3	-10,8%	-4.282,9	-2.862,3	1.420,6	-33,2%	1.677,0	-36,9%
2.3 Contribuição do Salário Educação	1.282,5	1.418,8	136,3	10,6%	64,5	4,8%	3.190,2	3.696,2	506,1	15,9%	326,3	9,6%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	9.699,1	8.803,2	-895,9	-9,2%	-1.438,7	-14,0%	13.487,1	12.668,8	-818,2	-6,1%	-1.580,9	-11,1%
2.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	210,0	4,5	-205,4	-97,9%	-219,4	-98,0%
2.6 Demais	42,7	41,7	-0,9	-2,2%	-3,3	-7,4%	282,1	180,8	-101,3	-35,9%	-118,4	-39,4%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	116.949,5	102.699,3	-14.250,1	-12,2%	-20.795,1	-16,8%	320.322,5	323.379,7	3.057,2	1,0%	-15.184,8	-4,5%
4. DESPESA TOTAL ^{2/}	137.316,3	143.688,5	6.372,2	4,6%	-1.312,6	-0,9%	263.878,5	285.611,5	21.733,0	8,2%	6.807,5	2,4%
4.1 Benefícios Previdenciários	59.061,5	65.127,6	6.066,1	10,3%	2.760,7	4,4%	114.754,1	127.839,9	13.085,8	11,4%	6.596,5	5,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	46.899,2	51.814,8	4.915,6	10,5%	2.290,9	4,6%	90.932,1	101.555,4	10.623,3	11,7%	5.482,6	5,7%
Sentenças Judiciais e Precatórios	407,2	760,8	353,6	86,8%	330,8	76,9%	1.130,5	1.577,5	446,9	39,5%	382,8	31,9%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	12.162,4	13.312,8	1.150,5	9,5%	469,8	3,7%	23.822,0	26.284,5	2.462,5	10,3%	1.113,9	4,4%
Sentenças Judiciais e Precatórios	106,1	197,3	91,2	86,0%	85,3	76,1%	298,4	412,4	114,0	38,2%	97,0	30,6%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	25.147,9	26.284,6	1.136,7	4,5%	-270,7	-1,0%	52.911,9	54.797,3	1.885,4	3,6%	-1.132,4	-2,0%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	112,0	146,1	34,1	30,4%	27,8	23,5%	266,6	311,4	44,9	16,8%	29,7	10,5%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	27.866,0	20.100,9	-7.765,1	-27,9%	-9.324,6	-31,7%	51.780,3	41.559,8	-10.220,5	-19,7%	-13.193,1	-24,0%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	12.640,8	7.626,7	-5.014,1	-39,7%	-5.721,6	-42,9%	17.136,2	11.496,9	-5.639,2	-32,9%	-6.613,7	-36,5%
Abono	9.717,9	3.459,7	-6.258,2	-64,4%	-6.802,1	-66,3%	10.787,9	3.467,1	-7.320,8	-67,9%	-7.935,9	-69,6%
Seguro Desemprego	2.922,9	4.167,0	1.244,1	42,6%	1.080,5	35,0%	6.348,2	8.029,8	1.681,6	26,5%	1.322,2	19,6%
d/q Seguro Defeso	508,1	0,0	-508,1	-100,0%	-536,5	-100,0%	1.044,3	524,6	-519,7	-49,8%	-579,4	-52,3%
4.3.2 Anistiados	11,9	12,1	0,2	1,5%	-0,5	-3,9%	23,6	24,4	0,9	3,7%	-0,5	-1,8%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	55,6	57,8	2,2	3,9%	-1,0	-1,6%	107,9	113,4	5,6	5,2%	-0,5	-0,5%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.194,7	7.134,8	940,0	15,2%	593,4	9,1%	12.114,4	14.068,4	1.954,0	16,1%	1.271,1	9,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	48,8	135,7	86,8	178,0%	84,1	163,2%	146,7	283,8	137,1	93,5%	129,1	82,8%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	2.868,1	134,2	-2.733,9	-95,3%	-2.894,4	-95,6%	6.294,0	289,7	-6.004,3	-95,4%	-6.391,8	-95,6%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	628,7	0,0	-628,7	-100,0%	-663,9	-100,0%	1.100,6	0,0	-1.100,6	-100,0%	-1.167,2	-100,0%
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	16,2	15,3	-0,9	-5,6%	-1,8	-10,6%	28,0	29,7	1,7	6,0%	0,1	0,4%

Discriminação	Fevereiro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Fev		Variação Nominal		Variação Real	
	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.3.10 FUNDEB (Complem. União)	1.693,7	2.103,3	409,6	24,2%	314,8	17,6%	6.632,6	8.891,3	2.258,7	34,1%	1.891,9	26,8%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	188,0	273,3	85,3	45,4%	74,8	37,7%	307,7	412,3	104,6	34,0%	87,3	26,8%
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	860,6	1.147,9	287,3	33,4%	239,1	26,3%	1.454,1	2.154,2	700,0	48,1%	620,8	40,3%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	332,3	332,2	-0,1	0,0%	-18,7	-5,3%	664,6	664,5	-0,2	0,0%	-38,1	-5,4%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	119,6	169,1	49,5	41,4%	42,9	33,9%	308,8	385,2	76,3	24,7%	58,9	17,9%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.884,2	792,3	-1.092,0	-58,0%	-1.197,4	-60,2%	4.837,8	2.431,6	-2.406,2	-49,7%	-2.694,7	-52,4%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	742,4	851,4	109,0	14,7%	67,4	8,6%	3.899,6	3.172,5	-727,1	-18,6%	-959,5	-23,1%
Equalização de custeio agropecuário	177,6	182,9	5,3	3,0%	-4,6	-2,5%	343,8	354,3	10,5	3,1%	-9,1	-2,5%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{4/}	157,4	217,5	60,1	38,2%	51,3	30,9%	1.511,4	874,9	-636,5	-42,1%	-730,0	-45,3%
Política de preços agrícolas	14,6	1,6	-13,0	-89,2%	-13,8	-89,7%	21,4	4,2	-17,2	-80,3%	-18,4	-81,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,6	0,6	-1,1	-64,7%	-1,2	-66,6%	2,7	1,2	-1,5	-56,3%	-1,7	-58,6%
Equalização Aquisições do Governo Federal	12,9	1,0	-11,9	-92,2%	-12,7	-92,7%	18,6	3,0	-15,6	-83,8%	-16,7	-84,6%
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Pronaf	225,1	335,9	110,8	49,2%	98,2	41,3%	1.377,0	1.482,9	105,9	7,7%	26,2	1,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	226,1	336,8	110,7	49,0%	98,1	41,1%	1.367,7	1.468,0	100,2	7,3%	21,0	1,4%
Concessão de Financiamento ^{5/}	-1,0	-0,9	0,1	-10,3%	0,2	-15,1%	9,2	14,9	5,7	61,4%	5,2	52,5%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Proex	143,5	81,8	-61,6	-43,0%	-69,7	-46,0%	297,6	156,5	-141,1	-47,4%	-158,8	-50,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	24,2	23,5	-0,7	-2,8%	-2,0	-7,9%	59,7	60,5	0,8	1,4%	-2,6	-4,1%
Concessão de Financiamento ^{5/}	119,3	58,3	-61,0	-51,1%	-67,6	-53,7%	237,9	96,0	-141,9	-59,7%	-156,2	-61,9%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{6/}	26,9	43,0	16,0	59,5%	14,5	51,0%	70,4	109,8	39,4	56,0%	35,6	47,6%
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{5/}	-5,1	-6,5	-1,5	29,0%	-1,2	22,2%	-12,8	-6,2	6,6	-51,4%	7,4	-54,3%
Funcafé	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,2	0,0	-0,2	-100,0%	-0,2	-100,0%	282,1	282,2	0,1	0,0%	-16,3	-5,4%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Operações de crédito dest. a Pessoas com deficiência (EQPCD) ¹	0,3	0,6	0,3	83,7%	0,3	73,9%	3,1	4,2	1,1	36,9%	1,0	29,4%
Fundo Nacional de desenvolvimento (FND) ^{5/}	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	-3,9	-3,9	-	-3,9	-	0,0	-3,9	-3,9	-	-3,9	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remun. por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	2,0	0,0	-2,0	-100,0%	-2,1	-100,0%	14,5	10,8	-3,7	-25,5%	-4,6	-29,4%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções ^{8/}	0,0	-1,3	-1,3	-	-1,3	-	-8,8	-97,2	-88,4	998,9%	-88,6	938,8%
Proagro	1.384,0	223,7	-1.160,3	-83,8%	-1.237,8	-84,7%	1.399,0	223,7	-1.175,3	-84,0%	-1.253,8	-84,9%

Discriminação	Fevereiro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Fev		Variação Nominal		Variação Real	
	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
PNAFE	22,0	0,0	-22,0	-100,0%	-23,2	-100,0%	21,4	-0,5	-21,9	-	-23,1	-
Demais Subsídios e Subvenções	-264,2	-282,9	-18,7	7,1%	-3,9	1,4%	-482,2	-964,1	-481,9	99,9%	-458,4	89,6%
4.3.16 Transferências ANA	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,4	0,1	-0,3	-76,8%	-0,3	-78,1%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL	123,5	125,1	1,6	1,3%	-5,3	-4,0%	229,5	250,0	20,5	8,9%	7,6	3,1%
4.3.18 Impacto Primário do FIES	248,1	176,9	-71,2	-28,7%	-85,1	-32,5%	540,0	348,1	-191,9	-35,5%	-223,8	-39,0%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.20 Demais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Convênios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Doações	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	25.240,8	32.175,4	6.934,6	27,5%	5.522,0	20,7%	44.432,2	61.414,4	16.982,2	38,2%	14.536,6	30,8%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	17.730,3	24.139,1	6.408,8	36,1%	5.416,6	28,9%	33.756,6	48.133,0	14.376,4	42,6%	12.517,8	34,9%
4.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.068,0	1.149,9	81,9	7,7%	22,1	2,0%	1.982,6	2.056,6	74,0	3,7%	-39,1	-1,9%
4.4.1.2 Bolsa Família e Auxílio Brasil	7.354,4	12.974,9	5.620,5	76,4%	5.208,9	67,1%	14.519,6	26.251,1	11.731,5	80,8%	10.954,1	71,1%
4.4.1.3 Saúde	8.731,5	9.347,8	616,3	7,1%	127,7	1,4%	16.495,3	18.858,4	2.363,1	14,3%	1.437,0	8,2%
4.4.1.4 Educação	309,2	371,1	61,9	20,0%	44,6	13,6%	321,0	371,2	50,3	15,7%	32,2	9,5%
4.4.1.5 Demais	267,2	295,5	28,3	10,6%	13,3	4,7%	438,1	595,6	157,5	35,9%	133,6	28,8%
4.4.2 Discricionárias	7.510,6	8.036,3	525,7	7,0%	105,4	1,3%	10.675,5	13.281,4	2.605,9	24,4%	2.018,7	17,9%
4.4.2.1 Saúde	2.043,6	1.277,9	-765,7	-37,5%	-880,1	-40,8%	2.682,7	2.085,8	-597,0	-22,3%	-747,1	-26,3%
4.4.2.2 Educação	1.686,4	2.108,3	421,9	25,0%	327,5	18,4%	2.270,2	3.305,7	1.035,5	45,6%	912,2	38,0%
4.4.2.3 Defesa	685,9	591,9	-94,0	-13,7%	-132,4	-18,3%	889,7	1.115,9	226,2	25,4%	178,6	19,0%
4.4.2.4 Transporte	505,1	589,3	84,2	16,7%	55,9	10,5%	831,9	1.206,4	374,5	45,0%	329,6	37,4%
4.4.2.5 Administração	225,1	501,6	276,5	122,9%	263,9	111,1%	437,2	943,2	506,0	115,7%	483,0	104,1%
4.4.2.6 Ciência e Tecnologia	356,4	253,4	-103,0	-28,9%	-122,9	-32,7%	596,7	459,0	-137,7	-23,1%	-171,9	-27,2%
4.4.2.7 Segurança Pública	257,0	194,3	-62,7	-24,4%	-77,1	-28,4%	330,4	310,7	-19,6	-5,9%	-37,9	-10,8%
4.4.2.8 Assistência Social	448,8	916,9	468,1	104,3%	443,0	93,5%	522,4	977,4	455,1	87,1%	425,6	77,0%
4.4.2.9 Demais	1.302,4	1.602,8	300,4	23,1%	227,5	16,5%	2.114,4	2.877,3	762,9	36,1%	646,6	28,8%
5. RESULT PRIMÁRIO GOV CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)	-20.366,8	-40.989,1	-20.622,3	101,3%	-19.482,5	90,6%	56.444,0	37.768,2	-18.675,8	-33,1%	-21.992,3	-36,4%
6. AJUSTES METODOLÓGICOS	-303,2						1.212,7					
6.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU ^{9/}	0,0						0,0					
6.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA ^{10/}	-303,2						1.212,7					
7. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	1.488,9						591,7					
8. RESULT PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL - ABAIXO DA LINHA (5 + 6 + 7)	-19.181,1						58.248,5					
9. JUROS NOMINAIS ^{11/}	-19.647,4						-32.211,4					
10. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8 + 9) ^{12/}	-38.828,5						26.037,1					

Memorando

Discriminação	Fevereiro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Fev		Variação Nominal		Variação Real	
	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
Arrecadação Líquida para o RGPS	40.026,2	44.081,9	4.055,7	10,1%	1.815,7	4,3%	80.025,6	90.276,5	10.250,9	12,8%	5.345,7	12,1%
Arrecadação Ordinária	39.397,4	44.081,9	4.684,5	11,9%	2.479,6	6,0%	78.925,0	90.276,5	11.351,5	14,4%	6.512,9	13,6%
Ressarcimento pela Desoneração da Folha	628,7	0,0	-628,7	-100,0%	-663,9	-100,0%	1.100,6	0,0	-1.100,6	-100,0%	-1.167,2	-94,3%
Custeio Administrativo	3.033,5	3.509,7	476,3	15,7%	306,5	9,6%	5.058,4	6.379,7	1.321,4	26,1%	1.016,7	24,6%
Investimento	2.336,9	2.159,8	-177,0	-7,6%	-307,8	-12,5%	3.089,6	3.827,1	737,5	23,9%	556,5	22,5%
PAC ^{13/}	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Minha Casa Minha Vida	0,0	300,1	300,1	-	300,1	-	0,0	300,2	300,2	-	300,2	-

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição (conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012).

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

5/ Concessão de empréstimos menos retornos.

6/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

7/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

8/ Receitas referentes à devolução de diferencial de encargo, à atualização de devolução de equalização e de recuperação de despesas de exercícios anteriores.

9/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

10/ Sistemática de registros nas estatísticas fiscais dos subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 do TCU. Nesta nova sistemática, o BCB passou a incorporar mensalmente os efeitos fiscais desses eventos segundo o critério de competência na apuração abaixo da linha, enquanto que a STN registra semestralmente impactos quando dos pagamentos dos saldos apurados pelas instituições financeiras operadoras dos programas.

11/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil.

12/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Não considera desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

13/ A partir da LDO de 2020, as ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento deixaram de apresentar o identificador de Resultado Primário "discricionária abrangida pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (RP 3)".

Tabela 3.2. Transferências e despesas primárias - critério "valor pago" e apuração do Teto dos Gastos (EC 95/2016) - Brasil
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Fevereiro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Fev		Variação Nominal		Variação Real		
	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2022	2023 - IPCA	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	
1. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	47.003,3	50.126,4	3.123,1	6,6%	492,6	1,0%	79.129,7	86.020,0	6.591,2	8,3%	2.119,2	2,5%	
1.1 FPM / FPE / IPI-EE	36.671,4	39.463,2	2.791,8	7,6%	739,6	1,9%	63.164,7	69.271,1	5.858,1	9,3%	2.288,9	3,4%	
1.2 Fundos Constitucionais	-	193,4	435,9	629,2	-	640,0	-	-602,9	449,5	1.052,4	-	1.090,6	-
1.2.1 Repasse Total	-	1.596,7	2.122,9	526,1	32,9%	436,8	25,9%	3.679,9	3.321,7	-368,2	-10,0%	-586,4	-15,0%
1.2.2 Superávit dos Fundos	-	1.790,1	-1.687,0	103,1	-5,8%	203,3	-10,8%	-4.282,9	-2.872,1	1.420,6	-33,2%	1.677,0	-36,9%
1.3 Contribuição do Salário Educação	1.282,5	1.418,8	136,3	10,6%	64,5	4,8%	3.190,2	3.715,4	506,1	15,9%	326,3	9,6%	
1.4 Transferências de Exploração de Recursos Naturais (Compensações Financeiras)	9.200,1	8.766,8	-433,3	-4,7%	-948,1	-9,8%	12.885,7	12.397,4	-518,6	-4,0%	-1.248,8	-9,2%	
1.5 CIDE - Combustíveis	-	-	-	-	-	-	210,0	4,5	-205,4	-97,9%	-219,4	-98,0%	
1.6 Demais	42,7	41,7	-0,9	-2,2%	-3,3	-7,4%	282,1	182,0	-101,3	-35,9%	-118,4	-39,4%	
1.6.1 Concessão de Recursos Florestais	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
1.6.2 Concurso de Prognóstico	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
1.6.3 IOF Ouro	6,4	5,5	-0,9	-14,7%	-1,3	-19,2%	13,6	11,8	-1,8	-13,3%	-2,6	-17,9%	
1.6.4 ITR	34,6	36,2	1,6	4,7%	0,3	-0,8%	160,0	170,1	9,0	5,6%	-0,2	-0,1%	
1.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	1,6	-	-1,6	-100,0%	-1,7	-100,0%	108,5	0,0	-108,5	-100,0%	-115,7	-100,0%	
1.6.6 Outras	1/	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2. DESPESA TOTAL	137.173,7	143.306,2	6.132,5	4,5%	1.544,3	-1,1%	263.651,9	286.156,6	21.314,8	8,1%	6.400,7	2,3%	
2.1 Benefícios Previdenciários	59.061,5	65.127,7	6.066,1	10,3%	2.760,8	4,4%	114.754,1	128.366,3	13.085,4	11,4%	6.596,1	5,4%	
2.2 Pessoal e Encargos Sociais	25.041,1	26.245,6	1.204,4	4,8%	197,0	-0,7%	52.549,1	54.837,8	2.050,5	3,9%	-945,6	-1,7%	
2.2.1 Ativo Civil	10.803,9	11.526,4	722,4	6,7%	117,8	1,0%	24.312,6	25.707,0	1.276,3	5,2%	-110,2	-0,4%	
2.2.2 Ativo Militar	2.746,4	2.719,1	-27,2	-1,0%	-180,9	-6,2%	5.105,0	5.162,3	37,0	0,7%	-253,5	-4,7%	
2.2.3 Aposentadorias e pensões civis	6.889,4	7.147,1	257,6	3,7%	127,9	1,8%	14.246,3	14.669,3	360,3	2,5%	-452,8	-3,0%	
2.2.4 Reformas e pensões militares	4.489,8	4.713,3	223,5	5,0%	27,8	0,6%	8.635,4	9.028,7	357,3	4,1%	-134,2	-1,5%	
2.2.5 Sentenças e Precatórios	111,6	139,7	28,1	25,1%	21,8	18,5%	249,8	270,4	19,5	7,8%	5,2	1,9%	
2.3 Outras Despesas Obrigatórias	27.872,0	20.003,8	-7.868,2	-28,2%	-9.428,0	-32,0%	51.788,6	41.598,3	-10.370,3	-20,0%	-13.343,8	-24,3%	
2.3.1 Abono e seguro desemprego	12.640,8	7.626,7	-5.014,1	-39,7%	-5.721,6	-42,9%	17.136,2	11.529,5	-5.639,2	-32,9%	-6.613,7	-36,5%	
2.3.2 Anistiados	11,9	12,2	0,3	2,9%	0,3	2,6%	23,7	24,7	0,9	3,7%	-0,5	-1,9%	
2.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	-	0,4	0,4	-	0,4	-	0,0	2,5	2,4	-	2,5	-	
2.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	55,8	58,0	2,2	3,9%	0,9	-1,6%	108,2	114,2	5,5	5,1%	-0,7	-0,6%	
2.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.194,7	7.134,8	940,0	15,2%	593,3	9,1%	12.114,4	14.126,6	1.953,9	16,1%	1.271,1	9,9%	
2.3.5.1 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Benefícios	6.145,9	6.999,1	853,2	13,9%	509,2	7,8%	11.967,7	13.841,5	1.816,8	15,2%	1.142,0	9,0%	
2.3.5.2 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Sentenças e Precatórios	48,8	135,7	86,8	178,0%	84,1	163,2%	146,7	285,0	137,1	93,5%	129,1	82,8%	
2.3.6 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	2.869,5	130,5	-2.739,0	-95,5%	-2.899,6	-95,7%	6.295,5	286,2	-6.010,6	-95,5%	-6.398,1	-95,7%	
2.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	628,7	-	-628,7	-100,0%	-663,9	-100,0%	1.100,6	0,0	-1.100,6	-100,0%	-1.167,2	-100,0%	
2.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	16,2	15,3	-0,9	-5,6%	-1,8	-10,6%	28,0	29,8	1,7	6,0%	0,1	0,4%	
2.3.10 FUNDEB (Complem. União)	1.693,7	2.103,3	409,6	24,2%	314,8	17,6%	6.632,6	8.948,3	2.258,7	34,1%	1.891,9	26,8%	
2.3.11 Fundo Constitucional DF	188,1	273,4	85,2	45,3%	74,7	37,6%	307,9	413,7	104,6	34,0%	87,3	26,7%	
2.3.12 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	864,8	1.038,3	173,4	20,1%	125,0	13,7%	1.459,0	2.002,5	535,4	36,7%	455,5	29,4%	
2.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	332,3	332,2	-0,1	0,0%	-18,7	-5,3%	664,6	667,3	-0,2	0,0%	-38,1	-5,4%	
2.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	119,6	184,6	65,0	54,3%	58,3	46,1%	310,1	407,1	95,2	30,7%	77,6	23,6%	
2.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.884,2	792,3	-1.092,0	-58,0%	-1.197,4	-60,2%	4.837,8	2.445,4	-2.402,2	-49,7%	-2.694,7	-52,4%	
2.3.15.1 Equalização de custeio agropecuário	177,6	182,9	5,3	3,0%	4,6	2,5%	343,8	355,8	10,5	3,1%	-9,1	-2,5%	
2.3.15.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	157,4	217,5	60,1	38,2%	51,3	30,9%	1.511,4	880,5	-636,5	-42,1%	-730,0	-45,3%	
2.3.15.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,6	0,6	-1,1	-64,7%	-1,2	-66,6%	2,7	1,2	-1,5	-56,3%	-1,7	-58,6%	
2.3.15.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	12,9	-	-12,9	-100,0%	-13,7	-100,0%	18,6	0,0	-18,6	-100,0%	-19,7	-100,0%	
2.3.15.5 Garantia à Sustentação de Preços	-	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.6 Pronaf	225,1	336,9	111,8	49,7%	99,2	41,7%	1.377,0	1.495,5	108,9	7,9%	29,2	2,0%	
2.3.15.7 Proex	143,5	81,8	-61,6	-43,0%	-69,7	-46,0%	297,6	157,2	-141,1	-47,4%	-158,8	-50,3%	

Discriminação	Fevereiro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Fev			Variação Nominal		Variação Real	
	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2022	2023 - IPCA	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	
2.3.15.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	26,9	43,0	16,0	59,5%	14,5	51,0%	70,4	110,3	39,4	56,0%	35,6	47,6%	
2.3.15.9 Álcool	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.10 Fundo da terra/ INCRA	-	5,1	6,5	1,5	29,0%	1,2	22,2%	-12,8	-6,2	6,6	-51,4%	7,4	-54,3%
2.3.15.11 Funcafé	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.12 Revitaliza	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,2	-	0,2	-100,0%	0,2	-100,0%	282,1	284,6	0,1	0,0%	-16,3	-5,4%	
2.3.15.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,3	0,6	0,3	83,7%	0,3	73,9%	3,1	4,2	1,1	36,9%	1,0	29,4%	
2.3.15.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	-	3,9	3,9	-	3,9	-	0,0	-3,9	-3,9	-	-3,9	-	
2.3.15.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	2,0	-	2,0	-100,0%	2,1	-100,0%	14,5	10,9	-3,7	-25,5%	-4,6	-29,4%	
2.3.15.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	1,3	1,3	-	1,3	-	-8,8	-98,0	-88,4	998,9%	-88,6	938,8%	
2.3.15.19 Proagro	1.384,0	223,7	1.160,3	-83,8%	1.237,8	-84,7%	1.399,0	223,7	-1.175,3	-84,0%	-1.253,8	-84,9%	
2.3.15.20 PNAFE	22,0	-	22,0	-100,0%	23,2	-100,0%	21,4	-0,5	-21,9	-	-23,1	-	
2.3.15.21 - Fundo Nacional do Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.22 - Sudene (Microcrédito Produtivo Orientado)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.23 - Subvenções Econômicas	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.24 - Securitização da dívida agrícola (Lei 9.318/1595)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.25 - Capitalização à Emgea	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.26 - Cacau	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.27 Demais Subsídios e Subvenções	-	264,2	282,9	18,7	7,1%	3,9	1,4%	-482,2	-969,9	-481,9	99,9%	-458,4	89,6%
2.3.16 Transferências ANA	-	-	-	-	-	-	0,4	0,1	-0,3	-76,8%	-0,3	-78,1%	
2.3.17 Transferências Multas ANEEL	123,5	125,1	1,6	1,3%	5,3	-4,0%	229,5	251,1	20,5	8,9%	7,6	3,1%	
2.3.18 Impacto Primário do FIES	248,1	176,9	71,2	-28,7%	85,1	-32,5%	540,0	349,5	-191,9	-35,5%	-223,8	-39,0%	
2.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.20 Demais	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	25.199,0	31.929,1	6.730,1	26,7%	5.319,9	20,0%	44.560,0	61.354,2	16.549,1	37,1%	14.093,9	29,8%	
2.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	17.645,0	24.124,1	6.479,1	36,7%	5.491,6	29,5%	33.657,9	48.283,1	14.423,9	42,9%	12.570,8	35,2%	
2.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.062,8	1.149,1	86,3	8,1%	26,8	2,4%	1.976,7	2.062,2	77,8	3,9%	-34,9	-1,7%	
2.4.1.2 Bolsa Família e Auxílio Brasil	7.319,0	12.966,8	5.647,8	77,2%	5.238,2	67,8%	14.478,2	26.334,4	11.744,8	81,1%	10.969,6	71,4%	
2.4.1.3 Saúde	8.689,5	9.342,0	652,5	7,5%	166,2	1,8%	16.446,8	18.918,0	2.391,5	14,5%	1.468,1	8,4%	
2.4.1.4 Educação	307,8	370,9	63,1	20,5%	45,9	14,1%	319,5	371,0	51,5	16,1%	33,5	9,9%	
2.4.1.5 Demais	265,9	295,3	29,4	11,0%	14,5	5,2%	436,7	597,5	158,2	36,2%	134,5	29,1%	
2.4.2 Discrecionárias	7.554,0	7.805,1	251,0	3,3%	171,7	-2,2%	10.902,1	13.071,2	2.125,2	19,5%	1.523,2	13,2%	
2.4.2.1 Saúde	2.055,4	1.241,1	-814,3	-39,6%	929,3	-42,8%	2.731,5	2.052,2	-686,1	-25,1%	-839,4	-29,0%	
2.4.2.2 Educação	1.696,2	2.047,6	351,5	20,7%	256,5	14,3%	2.313,8	3.249,8	926,0	40,0%	800,0	32,7%	
2.4.2.3 Defesa	689,8	574,8	-115,0	-16,7%	153,6	-21,1%	905,4	1.100,9	191,1	21,1%	142,5	14,9%	
2.4.2.4 Transporte	508,1	572,4	64,3	12,7%	35,9	6,7%	853,7	1.191,9	333,0	39,0%	286,7	31,7%	
2.4.2.5 Administração	226,4	487,2	260,8	115,2%	248,1	103,8%	450,8	930,5	476,1	105,6%	452,2	94,5%	
2.4.2.6 Ciência e Tecnologia	358,5	246,1	-112,3	-31,3%	132,4	-35,0%	612,7	452,6	-161,8	-26,4%	-197,1	-30,3%	
2.4.2.7 Segurança Pública	258,5	188,7	-69,8	-27,0%	84,3	-30,9%	336,1	305,6	-31,5	-9,4%	-50,1	-14,1%	
2.4.2.8 Assistência Social	451,4	890,5	439,1	97,3%	413,8	86,8%	529,2	951,3	421,6	79,7%	391,6	70,0%	
2.4.2.9 Demais	1.309,9	1.556,7	246,8	18,8%	173,4	12,5%	2.168,9	2.836,3	656,7	30,3%	536,8	23,3%	
Memorando:													
3. TOTAL DAS DESP APURADAS PARA O RESULT PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL (I+II)	184.177,0	193.432,6	9.255,6	5,0%	1.051,7	-0,5%	342.781,6	372.176,5	27.906,0	8,1%	8.519,8	2,3%	
4. DESPESAS NÃO INCLUÍDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º)	52.854,5	54.946,5	2.092,0	4,0%	866,0	-1,6%	94.329,1	100.587,2	5.877,8	6,2%	536,6	0,5%	
4.1 Transferências constitucionais (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º, inciso I)	50.201,2	53.531,1	3.329,9	6,6%	520,4	1,0%	88.436,6	96.969,8	8.171,3	9,2%	3.176,1	3,4%	
4.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	36.671,4	39.463,2	2.791,8	7,6%	739,6	1,9%	63.164,7	69.271,1	5.858,1	9,3%	2.288,9	3,4%	
4.1.2 Contribuição do Salário Educação	1.282,5	1.418,8	136,3	10,6%	64,5	4,8%	3.190,2	3.715,4	506,1	15,9%	326,3	9,6%	
4.1.3 Exploração de Recursos Naturais	9.200,1	8.766,8	-433,3	-4,7%	948,1	-9,8%	12.885,7	12.397,4	-518,6	-4,0%	-1.248,8	-9,2%	
4.1.4 CIDE - Combustíveis	-	-	-	-	-	-	210,0	4,5	-205,4	-97,9%	-219,4	-98,0%	
4.1.5 Demais	3.047,2	3.882,3	835,1	27,4%	664,5	20,7%	8.986,0	11.581,3	2.531,2	28,2%	2.029,1	21,2%	

Discriminação	Fevereiro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Fev		Variação Nominal		Variação Real	
	2022	2023	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2022	2023 - IPCA	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.1.5.1 IOF Ouro	6,4	5,5	0,9	-14,7%	1,3	-19,2%	13,6	11,8	-1,8	-13,3%	-2,6	-17,9%
4.1.5.2 ITR	34,6	36,2	1,6	4,7%	0,3	-0,8%	160,0	170,1	9,0	5,6%	-0,2	-0,1%
4.1.5.3 FUNDEB (Complem. União)	1.693,7	2.103,3	409,6	24,2%	314,8	17,6%	6.632,6	8.948,3	2.258,7	34,1%	1.891,9	26,8%
4.1.5.4 Fundo Constitucional DF - FCDF	1.312,5	1.737,3	424,8	32,4%	351,3	25,3%	2.179,8	2.451,0	265,3	12,2%	140,0	6,1%
4.1.5.4.1 FCDF - OCC	188,1	273,4	85,2	45,3%	74,7	37,6%	307,9	413,7	104,6	34,0%	87,3	26,7%
4.1.5.4.2 FCDF - Pessoal	1.124,4	1.463,9	339,5	30,2%	276,6	23,3%	1.871,9	2.037,4	160,7	8,6%	52,7	2,7%
4.2 Créditos extraordinários (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º, inciso II)	2.605,0	152,5	2.757,5	-	2.903,3	-	5.813,4	361,5	-5.456,2	-93,9%	-5.811,5	-94,1%
4.2.1 d/q Créditos Extraordinários do Impacto Primário do FIES	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º, inciso III)	48,2	27,2	21,1	-43,6%	23,8	-46,6%	79,1	218,7	138,0	174,5%	134,9	160,8%
4.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	47,2	22,5	24,7	-52,3%	27,3	-54,8%	77,7	201,5	122,2	157,2%	119,0	144,4%
4.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	1,1	4,7	3,6	346,0%	3,6	322,3%	1,4	17,3	15,8	-	15,8	-
4.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º, inciso IV)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.5 Cessão Onerosa (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º, inciso V)	2/	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.6 Projetos socioambientais ou mudanças climáticas (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º-A, inciso I)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.7 Instituições científicas, tecnológicas e de inovação (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º-A, inciso II)	-	70,7	70,7	-	70,7	-	0,0	138,2	137,6	-	138,2	-
4.8 Execução direta de obras e serviços de engenharia (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º-A, inciso III)	-	1,2	1,2	-	1,2	-	0,0	1,5	1,5	-	1,5	-
4.9 Investimentos (CF 1988, ADCT, art. 107, § 6º-B)	-	1.468,8	1.468,8	-	1.468,8	-	0,0	2.897,5	2.885,6	-	2.897,5	-
4.10 Parcelamento de Sentenças Judiciais (CF 1988, ADCT, art. 107-A, § 6º)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.11 Encontro de Contas (CF 1988, ADCT, art. 107-A, § 6º)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
5. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	131.322,5	138.486,1	7.163,6	5,5%	185,7	-0,1%	248.452,5	271.589,4	22.028,2	8,9%	7.983,2	3,0%

m. Créditos Extraordinários (exceto PAC)	2.869,5	130,5	-	2.739,0	-95,5%	-	2.899,6	-95,7%	6.295,5	286,2	-6.010,6	-95,5%	-6.398,1	-95,7%
m.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo (Créditos Extraordinários)	1.673,3	85,3	-	1.588,0	-94,9%	-	1.681,6	-95,2%	2.032,1	164,2	-1.868,5	-92,0%	-1.985,4	-92,4%
m.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Benefícios a servidores públicos (Créditos Extraordinários)	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	-0,0	-100,0%	-0,0	-100,0%
m.1.2 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Bolsa Família e Auxílio Brasil (Créditos Extraordinários)	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
m.1.3 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Saúde (Créditos Extraordinários)	1.673,3	85,3	-	1.588,0	-94,9%	-	1.681,6	-95,2%	2.032,0	164,2	-1.868,5	-92,0%	-1.985,4	-92,4%
m.1.4 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Educação (Créditos Extraordinários)	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
m.1.5 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Demais (Créditos Extraordinários)	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
m.2 - Discrecionárias (Créditos Extraordinários)	1.196,2	45,2	-	1.151,0	-96,2%	-	1.218,0	-96,4%	4.263,5	122,0	-4.142,0	-97,2%	-4.412,7	-97,3%
m.2.1 - Discrecionárias - Saúde (Créditos Extraordinários)	619,6	0,0	-	619,6	-100,0%	-	654,3	-100,0%	1.153,9	3,3	-1.150,6	-99,7%	-1.220,9	-99,7%
m.2.2 - Discrecionárias - Educação (Créditos Extraordinários)	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	-0,0	-100,0%	-0,0	-100,0%
m.2.3 - Discrecionárias - Defesa (Créditos Extraordinários)	12,7	-	-	12,7	-100,0%	-	13,4	-100,0%	12,8	0,0	-12,8	-100,0%	-13,5	-100,0%
m.2.4 - Discrecionárias - Transporte (Créditos Extraordinários)	50,6	8,0	-	42,6	-84,1%	-	45,4	-85,0%	73,9	18,9	-55,0	-74,5%	-59,3	-75,8%
m.2.5 - Discrecionárias - Administração (Créditos Extraordinários)	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
m.2.6 - Discrecionárias - Ciência e Tecnologia (Créditos Extraordinários)	0,6	0,2	-	0,3	-58,5%	-	0,4	-60,7%	0,6	0,2	-0,4	-59,0%	-0,4	-61,2%
m.2.7 - Discrecionárias - Segurança Pública (Créditos Extraordinários)	41,3	5,7	-	35,7	-86,3%	-	38,0	-87,0%	87,5	18,8	-68,8	-78,7%	-74,1	-79,8%
m.2.8 - Discrecionárias - Assistência Social (Créditos Extraordinários)	469,0	22,4	-	446,6	-95,2%	-	472,8	-95,5%	2.929,0	60,9	-2.868,4	-97,9%	-3.058,3	-98,0%
m.2.9 - Discrecionárias - Demais (Créditos Extraordinários)	2,5	8,8	6,4	257,8%	6,2	238,8%	5,9	20,0	14,0	238,6%	13,8	220,3%		

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Refere-se à transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes da cessão onerosa.

2/ Corresponde à somatória de dois itens: i) pagamento à Petrobras decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa e ii) transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões, ocorridos em novembro/2019, dos volumes excedentes da cessão onerosa.